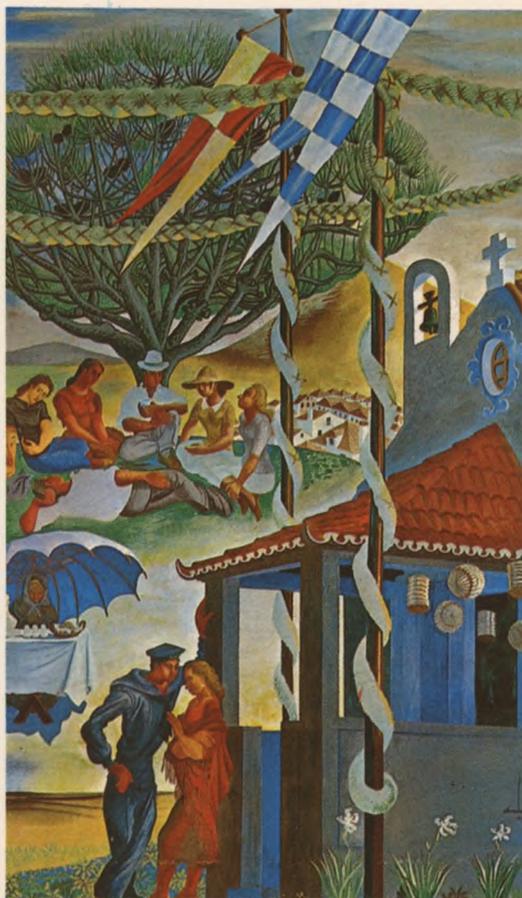


# O SAGRADO E O PROFANO

\*\*

HOMENAGEM A J. S. DA SILVA DIAS



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1987

## RUÍNA E MORTE EM PORTUGAL NO SÉCULO XVIII

A propósito do terramoto de 1755 \*\*

### I. NA TEIA DE UM PROBLEMA

Partimos do terramoto de 1755, de um acontecimento mudo, sem história, sem passado, numa palavra sem intervenção humana. Mas é preciso explicar que o que nos importa não é naturalmente o facto em si, o nosso campo não é o da Geologia, mas o da História. Esta chamada de atenção prende-se com o que à partida se afiguraria ser a apropriação de um fenómeno totalmente incongruente e insólito. Aparentemente são esses traços que sobressaem na imagem que até nós chegou do acontecimento.

No ano de 1755, a manhã do dia consagrado à evocação de todos os Santos despertava amena e cálida. As ruas da capital registavam o habitual corrupio dos dias de festa litúrgica. Nas igrejas uma multidão de fiéis seguia o ofício divino quando, pouco passava das 9h.30m. um «rugido medonho» se fez ouvir acompanhado de três violentos impulsos de terra. «Ao terceiro abalo — observa um contemporâneo — as casas que tinham resistido, caíram com hum ruído espantoso: encobriu-se o Sol, e a terra trémula, e vacilente ameaçava tomar de novo ao antigo cáos. Os gemidos dos agonizantes, os alaridos dos que imploravam a misericórdia Divina, os tremores

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

\*\* Este trabalho é uma sondagem modesta a um tema mais vasto de investigação que prosseguimos tendo em vista a elaboração de uma tese de doutoramento.

Gostaríamos ainda nesta nota de expressar o mais vivo agradecimento ao colega e amigo Dr. António Fernando Tavares Lopes que, de forma incansável e esclarecida, nos auxiliou no tratamento informático dos dados que apresentamos.

continuos da terra, e a escuridão aumentavão o horror, o medo, e a tribulação (sic)» 0). O Tejo para onde acorreram algumas centenas de populares aflitos «converteu-se em breves instantes em hum mato confuso de mastros entrelaçados, e em hü horroroso cemitério de cadáveres» (2). Enquanto as águas do estuário fluíam e refluíam em vagas enormes, o vento, que soprava forte, ateava os primeiros fogos. Em breves instantes «Lisboa ameaçava tornar-se uma segunda Troia». O efeito conjugado do abalo sísmico e do incêndio que se prolongou por 5 ou 6 dias, arrasou grande parte e desfigurou completamente uma das mais opulentas e populosas cidades da época.

Do número de mortos nenhum cálculo oficial e rigoroso nos ficou. Os testemunhos mais prudentes e ponderados apontam para 10 a 12 mil vítimas, ou seja, perto de quatro por cento da população urbana (3). A nobreza foi o grupo social que menos perdas registou. Apenas oito pessoas, entre as quais um estrangeiro, D. Bernardo Rocaberti, conde de Perelada e em-

0) Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo, *Nova e Fiel Relação do Terremoto, que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1 de Novembro de 1755. Com algumas observaçoens curiosas, e a explicação das suas causas*, Lisboa, Offic. de Manoel Soares, 1756, p. 30. Merecem igualmente crédito os testemunhos de: Joachim Joseph Moreira de Mendonça, *Historia Universal dos Terremotos, que tem havido no mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até o século presente. Com huma narraçam individual do terremoto do primeiro de Novembro de 1755... e huma Dissertação Phisica*, Lisboa, Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758; António Pereira de Figueiredo, *Comentario latino e Portuguez sobre o Terremoto e Incendio de Lisboa, de que foy testemunha ocular seu author*, Lisboa, Offic. de Miguel Rodrigues, 1756; e *Historia da Ruina da Cidade de Lisboa causada pelo Espantoso Terremoto e Incêndio que reduziu a pó e Cinza a Melhor e maior parte desta infeliz cidade*, Ms, do p.º Manuel Portal transcrito por Francisco Luís Pereira de Sousa, *O Terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico*, (Distrito de Lisboa), vol. III, Lisboa, Tip. do Comercio, 1928. Cf. Suzanne Chantal, *A vida quotidiana em Portugal ao tempo do Terremoto*, Lisboa, Edição dos Livros do Brasil, s.d.

(2) Miguel Tibério Pedegache Brandão Ivo, *ob. cit.*, p. 4.

(3) António Pereira de Figueiredo, *ob. cit.*, estima em 15 mil o número de mortos. Idêntica cifra é apontada por Manuel Portal (12 a 15 mil). Moreira de Mendonça, *ob. cit.*, apresenta 10 mil mortos, metade dos quais falecidos por doença depois de 1 de Novembro. Em 1756 o secretário de estado, Sebastião José de Carvalho e Melo oficiava aos governadores coloniais 6 a 8 mil vítimas, número pretensamente menos alarmante. Outras previsões grosseiras e excessivas foram feitas por testemunhas oculares. Algumas chegam mesmo a referir 70 a 90 mil mortos. Sobre este assunto vejamos mais pormenores em José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2.ª ed., Lisboa, Liv. Bertrand, 1977, p. 63.

baixador de Espanha. Do clero foram mais os regulares que pereceram. Mesmo assim, das igrejas de quarenta paróquias dezasseis desmoronaram-se ou arderam, dezanove ficaram reduzidas a ruínas e as cinco restantes danificadas. Dezasseis outras igrejas sofreram incêndio (4).

A inumação dos mortos foi uma preocupação geral e por todos partilhada. Para essa tarefa concorreram várias ordens religiosas (5) e especialmente o Senado da Câmara de Lisboa que para tal convocou a corporação dos mestres da cidade — a Casa dos Vinte e Quatro. Com o assentimento do Cardeal Patriarca de Lisboa muitos corpos foram lançados, com pesos atados, ao rio. A «prontíssima sepultura» e a acção do fogo evitaram, assim, a possibilidade de qualquer contágio ou epidemia.

A propecta idade do ministro do reino, Pedro da Mota, e a fuga para o campo de Diogo de Mendonça Corte Real, permitiram que outro secretário de estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, político em ascensão e homem benquisto na Corte, se encarregasse, com tenacidade e pragmatismo, das providências necessárias para cuidar dos vivos (6).

É certo que Lisboa foi duramente fustigada pelo terramoto — cujo epicentro se julga localizado a oeste da costa meridional da Península Ibérica — os seus efeitos porém, foram de maior alcance geográfico. A faixa marítima algarvia

(4) José-Augusto França, *ob. cit.*, p. 65.

(5) «Distinguindo-se entre as comunidades os cônegos regulares de St.º Agostinho, os monges de S. Bento, os eremitas de S. Paulo, os religiosos Mínimos, os padres da Companhia de Jesus, os Padres da Congregação do Oratório e outros muitos: aos quaes por esta causa julgou S. Magestade digno de lhes agradecer por carta o muito que tinham trabalhado em beneficio da Cidade, enterrando principalmente tão grande multidão de corpos mortos, que só os que forão sepultados pelos Religiosos Mínimos chegarão a quatrocentos e oitenta», Amónio Pereira de Figueiredo, *ob. cit.*, p. 25.

(6) Sobre a importância de algumas dessas medidas vejam-se: T. D. Kendrick, *The Lisbon Earthquake*, London, Methuen, Co. Ltd., 1956; José-Augusto França, *ob. cit.*; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal — Despotismo Iluminado (1750-1807)*, vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982, pp. 28-31. Para um conhecimento directo das fontes são imprescindíveis as consultas a Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. XVI, Lisboa, Typ. Universal, 1910; e Amador Patricio de Lisboa (também pseudónimo de Francisco José Freire), *Memorias das Principais Providencias, que se derão no Terremoto que paêceo a Corte de Lisboa no anno de 1755*, Lisboa, s.e., 1758, obra apologética e propagandística da acção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o que não diminui o seu intrínseco valor, pois deve ser considerada o melhor repertório das providências então tomadas.

até S. Vicente foi atingida. O Alto e Baixo Alentejo revelaram sensíveis manchas sísmicas. Toda a península de Setúbal e especialmente a zona do estuário do Sado sofreu fortes abalos. Na província da Estremadura o sismo foi intensamente sentido e devastador sobretudo na linha do Tejo. No centro e no norte do país tudo indica que o susto foi maior que os estragos (7).

Depois deste breve relato avancemos na clarificação do nosso objecto de reflexão. Situamo-nos à escala do acontecimento, com o objective\* de captar na vasta e densa literatura por ele suscitada uma espécie de imagem matriz de alguns traços de mentalidade e, subsidiariamente, de certas expressões culturais do século XVIII português.

Dito por outras palavras, limitamo-nos apenas a eleger o terramoto de 1755 em «momento óptimo» de projecção de um imaginário social.

É certo que esta escolha comporta sérios riscos. O primeiro dos quais poderá ser mesmo o carácter excepcional e traumático de um episódio que, pela sua extensão e intensidade, foi vivido e sentido como catastrófico. O paroxismo emocional que suscitou, um misto de terror e admiração, sobressai como uma espécie de toalha de espuma alterosa no conjunto de obras que tratamos. Toalha que esconde, ainda à superfície, uma herança mais arcaica de comportamentos e representações fantasmáticas que nos remetem inevitavelmente, para algo de mais permanente, isto é, para um conjunto de arquétipos mentais perfeitamente enraizados.

Ao configurar-se como espectáculo patético em Lisboa, cidade mãe e centro do poder, o terramoto de 1755 não podia deixar de ser vivido, em todo o reino, mesmo em zonas não afectadas, com um certo dramatismo e apreensão. Se os ecos deste acontecimento ultrapassam fronteiras bem definidas o mesmo se pode dizer da sua eficácia temporal (8).

(7) Francisco Luís Pereira de Sousa, *ob. cit.*, vol. I (Distritos de Faro, Beja e Évora); vol. II (Distritos de Santarém e Portalegre); vol. III (Distrito de Lisboa); vol. IV (Distritos de Leiria, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Aveiro e Viseu), Lisboa, 1919-1931.

(8) Não é nosso intento abordar a vasta literatura estrangeira sobre o terramoto de 1755. O fenómeno foi motivo de dilemas e polémicas filosóficas, especulações científicas, meditações poéticas e religiosas. É célebre a refutação de Jean-Jacques Rousseau (Carta de 18 de Agosto de 1756) ao poema *Le Désastre de Lisbonne* de Voltaire que retomaria o cenário da cidade destruída em *Candide ou L'optimisme*. Não menos conhecidos são os *Ensaio de Kant* sobre o terramoto e a literatura de Königsberg. Sonantes são ainda os ecos deste acontecimento em Laurent-Étienne Rondet, E. Burke, Goldsmith, Johnson,

Uma espécie de memória mítica em torno de 1755 se construiu com profundas contaminações na nossa historiografia do século XVIII.

Outros terremotos com efeitos igualmente devastadores sacudiram o território peninsular português, como os de 1356 ou de 1531 — sem que deles tenha ficado a legenda negra que acompanha o de 1755.

Como explicar então a persistência deste facto na nossa memória colectiva? Se por um lado a sua proximidade favorece a evocação — na ordem cronológica é o que está mais próximo do nosso tempo e do qual se conservam maior número de informações escritas — por outro, a sua eclosão num século menos sujeito a crises de mortalidade súbita e endémica aponta, talvez, para uma sobrevalorização dos seus efeitos imediatos no tecido demográfico.

Em termos simbólicos a data de 1755 possui a virtualidade de tantos outros marcos cronológicos. Convencionalmente assinala o fim trágico de uma época grandiosa, a derrocada parcial da magnificência barroca da era joanina e, por aproximação, o termo do ciclo aurífero brasileiro que durante cerca de meio século alimentara a economia portuguesa.

Mas o mito permanece para além do que a razão comporta. Pensamos por isso que a mitologia do terremoto de 1755 expressa a própria indomabilidade e a natureza oculta do poder. O acesso convulsivo e arrasador que brotou das en-

Thomas Gray, Goethe, e Von Humboldt. Excluindo o campo da literatura, particularmente da literatura alemã onde avultam referências bibliográficas ao tema, vejam-se entre outras obras: G. Gastinel, «Le désastre de Lisbonne», *Revue du XVIII<sup>e</sup> siècle*, 1913-1914; Paul Hazard, «Esquisse d'une histoire tragique du Portugal devant l'opinion publique du XVIII<sup>e</sup> siècle», *Revue de Littérature Comparée*, 18<sup>e</sup> année, 1938; G. Reinffardt and D. R. Olroyd, «Kant's Theory of Earthquakes and Volcanic Action», *Annals of Science*, 40, 1983; Giancarlo Roscioni, Giuliana Scudder, «O terremoto de Lisboa de 1 de Novembro de 1755», *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 24, 1965; Guido Batelli, «Il terremoto de Lisbona nelle memorie degli scrittori italiano contemporani», *Biblos*, vol. 5, n.os 9 e 10, 1929. Fernando Castelo Branco, «O Poeta Le Brun e o Terramoto de 1755», *Revista Municipal*, n.º 68, 1956; C. R. Boxer, «Some Contemporary Reactions to the Lisbon Earthquake of 1755», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, t. XXII, n.º 2, 1956; Carlos Estorinho, «O Terramoto de 1755 e a sua Repercussão nas relações Luso-Britânicas», *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> série, t. XXII, n.º 1, 1956; T. D. Kendrick, *ob. cit.*, cap. VII; Antonio Gonçalves Rodrigues, «O Protestante Lusitano. Estudo biográfico e Crítico sobre Cavaleiro de Oliveira, 1702-1783», *Biblos*, vol. XXVI, 1950, cap. XIV. Registamos ainda dois contributos muito recentes. O primeiro é um breve apontamento de François Ewald, «La fin d'un Monde»,

tranhas da terra na manhã sacrificada do 1.º de Novembro de 1755 tem sido frequentemente associado, e não por acaso, à energia política, a partir de então mais evidente, do ministro de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo <sup>(9)</sup>. O legado simbólico do terramoto entronca assim, de forma tão directa quanto insuspeitada, nas acesas e ainda vivas polémicas sobre a denominada época pombalina.

Fazendo uma breve incursão na historiografia deste período, desde logo notamos aquilo a que Borges de Macedo em 1951, numa obra fundamental, *A situação económica no tempo de Pombal*, considerava ser um grave erro de perspectiva, ou seja, a valorização excessiva, se não mesmo quase exclusiva do homem, o Marquês de Pombal, em detrimento do meio e da sociedade globalmente considerados <sup>(10)</sup>. Perspectiva que, continuamos a pensar, só poderá ser abandonada ou atenuada quando a investigação partir de «documentos desinteressados e ignorantes da existência do poderoso ministro».

Para melhor se compreender o problema levantado forçoso é o encontro com a *História de Portugal* de Oliveira Martins, onde a personificação telúrica do político, Sebastião José de Carvalho e Melo, nos surge constantemente referenciada ao episódio de 1755 <sup>(1)</sup>. De tal forma que, em seu entender,

*Magazine Littéraire*, n.º 232, Jul.-Ag., 1986; e o segundo uma curiosa interpretação psicanalítica de Patrick Brasart inserida na revista de orientação psicanalítica lacanianiana, *UAné, Les Catastrophes*, n.º 30, Abr.-Jun., 1987.

<sup>(9)</sup> Associação que não é posterior, pois a ela se referem os próprios contemporâneos. Excluindo os panegíricos de António Pereira de Figueiredo, *Diário dos Successos de Lisboa, desde o Terramoto até o extermínio dos Jesuítas*, Lisboa, Offic. de Francisco Borges de Sousa, 1766; Abade Platel (sob. pseudónimo de Epicureo Alexandrino) *Carta em que se mostra falsa a Profecia do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. de Francisco Luiz Ameno, 1756; e Francisco José Freire, *ob. cit.*, denotamos idêntica sensibilidade nas narrativas históricas da época. Vejam-se por exemplo, Luiz António d'Almeida Macedo, *Factos memoráveis da Historia de Portugal, ou resumo da Historia deste Paiz, Desde a Antiguidade até aos Nossos Dias. Em o qual se acha a descrição dos costumes, e usos dos seus habitantes, suas descobertas, seu commercio, suas guerras, e os acontecimentos mais admiráveis que tem passado em todas as épocas; Extrahido de Acreditados escriptores*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1826, pp. 331-316 e Fr. Cláudio da Conceição, *Gabinete Historico Desde Janeiro de 1755 até Dezembro de 1758*, t. XIII, Lisboa, Na Impressão Régia, 1829. Recorde-se que em 1756, Sebastião José de Carvalho e Melo transita da Pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra para Secretaria de Estado do Reino.

<sup>(10)</sup> Só em 1769 é atribuído o título de Marquês de Pombal a Sebastião José de Carvalho e Melo.

<sup>(1)</sup> Como afirma Oliveira Martins: «Dessa hecatombe nasceu o poder do Marquês de Pombal; e o acaso, aterrando os ânimos com

o «terremoto político» então iniciado só viria a serenar em 1760, isto é, depois da expulsão dos jesuítas e da suposta definição da nobreza como principal antagonista do seu programa de reformas sociais e económicas. Esta visão apriorística e largamente deformante nos seus elementos de formulação — o caso do ódio de Pombal à nobreza é flagrantemente uma questão mal enunciada — acabou por ter uma vida longa. Com ela nasceu uma clara prioridade de abordagem temática dentro do Pombalismo — a questão dos jesuítas é talvez o melhor exemplo — e a tendência para analisar de forma sincopada a acção do reformador, antes e depois do terramoto, sem a preocupação, que só viria a surgir muito mais tarde, de um estudo de conjuntura.

A par de Oliveira Martins, o meticoloso investigador Luz Soriano, *História do Reinado de D. José e da Administração do Marquês de Pombal* (1867), tropeçava no mesmo erro. O binómio destruição/reconstrução e reforma, iluminando toda a trajectória pombalina, continuava a ter para este autor o mesmo referente, o episódio de 1755. Perspectiva que viria a ser partilhada por John Smith no prefácio às *Memórias do Marquês de Pombal* (1872), Trindade Coelho, *O Marquês de Pombal* (1882); José Maria Latino Coelho, *O Marquês de Pombal* (1905); João Daun e Lorena, *O Marquês de Pombal na História e nas Histórias* (1936); Marcus Cheke, *Dictador of Portugal, A life of Marquis of Pombal, 1699-1782* (1938); e C. R. Boxer, *Pombal's Dictatorship and the Great Lisbon Earthquake, 1755* (1955). Paralelamente João Ameal, exemplo tipo do historiador ideologicamente comprometido, ao analisar com conhecidas reservas o «consulado Pombalino», não deixava também de situar em 1755 «o caminho para o estabelecimento da Ditadura» <sup>(12)</sup>. Lapidariamente João Lúcio de Azevedo, a quem se

o pavoroso acontecimento, preparou-os para aceitarem submissamente o jugo do tirano, que ia consumir o terramoto político, depois de a natureza ter consumado a ruína da cidade perdida de D. João V. A decisão do ministro, nas horas do cataclismo, dera a medida da sua força, conquistando-lhe para logo a absoluta obediência do rei D. José. Lisboa era um acampamento; e tudo havia a refazer, tudo se podia executar, nesse momento único da destruição total do passado. O terramoto era o fim de um mundo. Antes de criar, porém o ministro precisava consagrar a destruição, nas esferas onde a natureza não chega — na sociedade, nas instituições — para que a futura Salento fosse uma cidade nova em todos os sentidos. O terramoto fez-se pois homem, e encarnou em Pombal, seu filho», *idem*, 16.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1972, p. 461.

<sup>(12)</sup> João Ameal, *Breve Resumo da História de Portugal*, s.l., s.d.; cf. do mesmo autor *História de Portugal*, 6.<sup>a</sup> ed., Porto, Livraria Tavares Martins, 1968.

deve um dos mais sérios trabalhos sobre esta época, resumia em 1922 a persistência do ídolo Pombal e do mito terramoto com estas palavras: «à distância secular que nos separa do acontecido, a imaginação vê ainda o Super-homem, Sebastião José de Carvalho, emergir sozinho dos fumos da catástrofe»<sup>(13)</sup>.

Se hoje, em tempo de revisão do Pombalismo, já não faria sentido colocar a questão desta forma, estamos certos que a problemática que afloramos permanece complexa e pertinente.

Ao cabo destas reflexões preliminares inevitavelmente ressurgem, como que em jeito de questão primitiva, a interrogação: Qual o papel e a importância do acontecimento na História das Mentalidades? Não há qualquer novidade nesta formulação, no mínimo do que podemos falar sim, é da sua actualidade. Michel Vovelle em trabalho recente, *Idéologies et Mentalités* (1982) reelabora-a evitando respostas peremptórias ou modelos construídos tendo em conta apenas os contributos de Georges Duby, *Le Dimanche de Bouvines 27 Juillet 1214* (1973), Mona Ozouf, *La fête révolutionnaire 1788-1799* (1976), Pierre Bois, *Paysans de YOuest. Des structures économiques et sociales aux options politiques depuis Yépoque révolutionnaire dans la Sarthe* (1960), Maurice Agulhon, *Pénitents et Francs-Maçons de Y ancienne Provence* (1968) e um dos seus trajectos de investigação o que vai da *Pieté Baroque et Déchristianisation en Provence au XVIII<sup>e</sup> Siècle* (1973) à *Religion et Révolution. La déchristianisation de Y an II* (1976).

O regresso do acontecimento que Pierre Nora registava no domínio da História Contemporânea ou imediata, *Faire UHistoire, Nouveaux Problèmes* (1974), tem-se revelado uma via em redescoberta para um passado mais longínquo, mesmo e curiosamente, entre uma historiografia em tantos campos pioneira como a *Nova História*. Na esteira do repúdio à his- \* 2

<sup>(13)</sup> J. Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua época*, 2.<sup>a</sup> ed., com emendas, Rio de Janeiro, Typ. do Anuario do Brasil, 1922, p. 143. Refira-se ainda em abono deste juízo crítico a interpretação contida em *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. VI, Barcelos, Portucalense Editora Ld.<sup>a</sup>, 1936, p. 198. Entre os eruditos e historiadores marcadamente anti-pombalinos, avessos a qualquer associação deste tipo contam-se: Dom Miguel de Sotto-Mayor, *O Marquez de Pombal. Exame e Historia Critica da sua administração*, Porto, Livraria Editora Victoria da Motta e Commandita, 1905 e Camilo Castello Branco, *O Perfil do Marquez de Pombal*, 4.<sup>a</sup> ed., Porto, Domingos Barreira Editor, 1943.

tória historizante e positivista recheada de marcos miliários, sequência e composições de pequenos nada, o que reflui é o acontecimento, como expressão do tempo curto e a consciência de que ele «não é privilégio único do sociólogo ou do historiador do presente» (14).

Apesar de «caprichoso» e «enganador» o tempo curto pode, através de uma problematização adequada, abrir-se a toalhas plurisseculares de história. Dito de outro modo, e recorrendo a uma imagem da geologia, por detrás da «crosta» do acontecimento estratificações diversas com temporalidades próprias se «entrelaçam» para suportar e dar consistência a qualquer manifestação que não se deixa imediatamente ler. Conceção que desde logo nos remete para a inevitável e imprescindível dialéctica do tempo curto e da longa duração ou, como preferimos, da média longa duração (P. Vilar).

O campo das mentalidades, e a este respeito cremos não haver qualquer dúvida, é por excelência uma dessas estratificações que lenta e subterraneamente resiste e subsiste. Animada por vezes por um sono quase letárgico essa «memória colectiva», corporizando-se em cadeias de atitudes e representações, pode momentânea ou conjunturalmente crispar-se nos seus traços arcaicos, ou, ao contrário, revelar mutações de sensibilidade em gestação.

Sem este esclarecimento, o carácter provisório dos resultados elaborados na nossa pesquisa perderia totalmente, em intencionalidade, a sua força sugestiva. Se em 1755, como iremos ver, o sentido da ruína moral se avoluma em vivência penitenciali do momento e exacerba em representações macabras ou simplesmente pelo recurso à exortação da morte como expectativa trágica, é de admitir que esta «explosão devota» tenha por detrás um quadro secular de gestos anónimos e crenças polarizados em torno da preparação do último momento. O que de resto, surge como corolário da influência pastoral tridentina, cuja importância em Portugal tem sido assinalada em outros domínios (15).

(14) Michel Vovelle, *Idéologies et Mentalités*, Paris, Maspero, 1982, p. 322.

(15) José Sebastião da Silva Dias, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1960, t. I e II; Marcelo Caetano «Recepção e execução dos decretos do concílio de Trento em Portugal», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIX, 1965; Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, 6 vols., Porto, Tip. Leitão, 1931-1944; Manuel Augusto Rodrigues, «Do Humanismo à Contra-Reforma em Portugal»,

Por isso a pesquisa que por ora apresentamos é tão-só o espreitar de um horizonte mais vasto. Como tal os resultados a que chegámos, apesar de significativos, revestem-se de um carácter duplamente provisório.

Em primeiro lugar porque a análise do sistema da morte em Portugal está ainda por fazer. Para o seu esclarecimento faltam os números, isto é os dados da demografia histórica, o exame do conjunto das representações, da pastoral à iconografia e, sobretudo, a análise paciente de como silenciosamente, e à escala colectiva se codificava a preparação da morte através do testamento. Com todas as reservas que esta ausência de conhecimento implica, não caminhamos às cegas. *La Mort et l'Occident de 1300 à nos jours* (1983) de Michel Vovelle fornece-nos, pela sua globalidade, indicações seguras neste domínio.

Por último os textos tratados, que pelo seu volume e natureza nos permitem passar do estágio do discurso ao das representações colectivas, são demasiado datados. Pelo que toda a prudência é necessária.

## II. ASPECTOS DE UMA EXPLOÇÃO EDITORIAL

Considerámos 124 obras impressas publicadas em Portugal a propósito do terramoto, entre 1755 e 1803. Excluímos, deliberadamente, todas as publicações estrangeiras, bem como o abundante acervo de notícias ou relatos de fenómenos naturais catastróficos ou prodigiosos ocorridos nas mais diversas partes do mundo e noticiados avulsamente na época <sup>(16)</sup>.

*Revista de Histórias das Ideias*, vol. III, Coimbra, 1981; *Idem*, «D. Miguel da Anunciação e o Cabido da Sé de Coimbra», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol. V, 1982; *Idem*, «Pombal e D. Miguel da Anunciação, Bispo de Coimbra», *Revista de História das Ideias*, vol. IV, t. I (O Marquês de Pombal e o seu tempo), 1982; Joaquim Ramos de Carvalho, *As visitas Pastorais e a Sociedade do Antigo Regime. Notas para o estudo de um mecanismo de normalização Social*, Coimbra, 1985 (Tese de aptidão científica, policopiada).

<sup>(16)</sup> É uma literatura vastíssima onde se integram descrições de outros terramotos contemporâneos ou anteriores ao de 1755. Neste apontamento registamos, a título ilustrativo: *Notícia certa de hum fatal successo, acontecido na cidade de Constantinopla e espantoso fenómeno, que nella se vio no dia vinte e seis de Novembro próximo de 1756*, Lisboa, Offic. de Domingos Rodrigues, 1757; *Notícia de hum Lastimoso Successo Acontecido na Ilha de Martinica, Este anno de 1757*, Lisboa, Offic. Junta a S. Bento de Xabregas, 1757; *Relação do Estrago e Catástrofe Succedido na Ilha de S. Jorge*, Lisboa, 1757; José Freire de Montarroyo Mascarenhas, *Relação Succinta, Geographica, e Histo-*

Pensamos que esta literatura sensacionalista, dirigida a um público ávido de exotismos, deve ser tratada à parte. Ao todo compulsámos quatro valiosas colecções existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Lisboa, Biblioteca Nacional da Ajuda e ainda o riquíssimo espólio do olissipógrafo Vieira da Silva, depositado na Biblioteca do Museu da Cidade de Lisboa. Ao conjunto destas espécies, muitas delas duplicadas, agregamos outras obras avulsas que por sorte ou pertinácia conseguimos localizar. Ao todo reunimos uma massa documental que ultrapassa o número de títulos apresentado no catálogo comemorativo de 1955 <sup>(17)</sup>. Nesta colecção de formatos diferentes, onde com frequência se encontram obras *in 8.º* e *in 12.º*, predominam, no entanto, os opúsculos de 8 a 12 folhas *in 4.º*. Dela constam também, papéis avulsos com cédulas, pagelas e bênção\*. Nem todas as espécies apresentam local e data de impressão. Quanto ao primeiro aspecto cerca de 76% respeitam a norma, ao passo que só 69% comportam a referência do ano de publicação.

Ao tomarmos estes indicadores como amostra segura, pudemos verificar que cerca de 75% de títulos saíram do prelo no quinquénio de 1755-59, diminuindo no período de 1760-1764, a produção editorial para 15%. Os restantes 10% distribuem-se irregularmente, nos anos seguintes até 1803. A linguagem dos números é categórica. Mas importaria acrescentar que os anos de 1758 e de 1803 se revestem, neste quadro, de alguma importância. Quase no termo do período de maior concentração de publicações surgem dois tratados rele-

*rica da Ilha de Amboino, com a noticia do formidável estrago, que nella succedeo. Composto por hum Academico Scalabitano*, Lisboa, 1756; *Individual e verdadeira Relação da Extrema Ruina, que padeceo a cidade dos Reys (sic) Lima, Capital do Rey no do Peru, com o horrivel terremoto, acontecido em a noite do dia 28 de Outubro de 1746...*, Lisboa, Offic. de Joseph da Cosca Coimbra, 1758; *Noticia de um lastimoso Successo acontecido na ilha de Martinica este anno de 1757*, Lisboa, Offic. junto a S. Bento de Xabregas, 1757; *Verdadeira Noticia, e curiosa Relação do Grande, e Lastimozo caso que succedeo na Ilha de Santa Elena por occasião de hum terrivel Terremoto*, Lisboa, Offic. de Domingos Rodrigues, 1755; *Relação do Grande Terremoto, que houve na Praça de Mazagam em o primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, 1755; *Verdadeira Noticia do Grande Successo, que Acconteceo no Reino de Napoles*, Lisboa, Offic. Domingos Rodrigues. Sobre esta última narração veja-se: *Terr emoti e storia, Quarderni Storici* nuova serie 60, Anno XX, 3 de 1985.

<sup>(17)</sup> *Catálogo, Exposição iconográfica e bibliográfica comemorativa da reconstrução da cidade depois do terremoto de 1755*, Lisboa, Publ. da Câmara Municipal de Lisboa, 1955.

vantes, cada um deles expressando interpretações e esboçando atitudes mentais claramente distintas, *O terremoto destruído, ou escudo Celestial contra os terremotos, pestes, rayos, trovoens e tempestades oom huma collecção de varias e mui particulares oraçoens; e huns efficacis simos Exorcismos contra a qualidade de maleficios. O que tudo indica e consagra hum anonymo ao soberano Senhor Jesus dos Terremotos*, Lisboa, na Offic. de Joseph Fillipe (1758), cujo autor é José da Natividade; e o de Joachim Joseph Moreira de Mendonça, *Historia Universal dos Terremotos, que tem havido no Mundo, de que ha noticia, desde a sua criação até ao século presente com huma narraçam individual do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755... e huma dissertação Phisica*, Lisboa, na Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758. Só em 1803 aparece a primeira refutação pública do tão polémico e celebrado *Candide ou Y optimisme* de Voltaire. O autor é o oratoriano Teodoro de Almeida e a obra, ao que pudemos apreciar de fraco mérito literário, intitula-se, *Lisboa Destruída*. É no prólogo e na *Ode à Religião Christã* que abrem este poema em seis cantos, com perto de trezentas páginas, que Teodoro de Almeida vivamente impugna o deísmo de Pope e o cepticismo crítico do filósofo francês, autor do igualmente conhecido poema *Le Désastre de Lisbonne*.

Voltando à lição dos números, eis-nos pois, irrefutavelmente perante um *boom* editorial demasiado circunscrito a uma década. Só em Lisboa se publicaram cerca de 88% deste volume de obras ao passo que Coimbra apresenta a modesta percentagem de 10,6%. É notável o esforço feito pelas oficinas de Lisboa neste conturbado período, tanto mais que, à semelhança de outros estabelecimentos comerciais, a sua rede de implantação na cidade, abrangia a zona ribeirinha da baixa e as freguesias de maior concentração populacional, enfim os locais mais fortemente atingidos pelo sismo<sup>(18)</sup>. Apenas a título de ilustração refira-se que a casa dos irmãos Bertrand, situada na rua direita do Loreto, ficou totalmente destruída<sup>(19)</sup>.

(18) Ângela Maria do Monte Barcelos da Gama, «Livreiros, editores e impressores em Lisboa no séc. XVIII», *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, XIII, 49-52, Coimbra, 1967; Cf. RelaçãD de todas as oficinas de Impressão existentes em Lisboa em 1767 transcrita por Fernando Guedes, *O Livro e as Leituras em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII e XIX*, Lisboa, Ed. Verbo, 1987, pp. 283-284. O mapa das zonas da cidade de Lisboa atingidas pelo terramoto é apresentado por José-Augusto França, *ob. cit.*, p. 61.

(19) Fernando Guedes, *ob. cit.*, p. 34.

Não é de estranhar, portanto, a forma improvisada de nomeação dos impressores nas portadas de boa parte dos textos que analisamos, como por exemplo estas: «na Officina junto a S. Bento de Xabregas» ou ainda «na Officina junto ao Beato António». Em ambos os casos, a proximidade de um convento e de uma igreja fazem supor a colaboração ou mesmo a iniciativa de eclesiásticos neste rol de publicações. Ideia que confirmamos pelo avultado número de títulos também saídos das tipografias ligadas à Igreja Patriarcal e ao Tribunal do Santo Ofício, respectivamente as de Miguel Rodrigues e Miguel Manescal da Costa.

Raras são as obras que não mencionam licenças de impressão. O exame atento dos seus conteúdos não nos leva a colocar a hipótese de uma deliberada fuga à censura. Talvez que, ao contrário, a ausência dessa menção possa reflectir compreensivelmente, a momentânea e parcial incapacidade de controlo da jurisdição da Igreja e do Estado nesta matéria. De todos os textos que circularam sem licenças apenas um pode levantar suspeitas de difusão clandestina trata-se do opúsculo *Consideraçõens sobre Terremotos com a noticia dos mais consideráveis, de que faz menção a Historia, e deste ultimo que se sentio na Europa no I de Novembro de 1755*. As suas páginas de inspiração científica são perpassadas por uns constante mas moderado sentido crítico às concepções providencialistas então dominantes. Circulando anónimo, viria a ser integrado em apêndice ao *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos*, supostamente atribuído a Pedro Gendron. O seu autor era, no entanto, o «estrangeirado» residente na altura em Paris, António Nunes Ribeiro Sanches.

Entretanto, no último trimestre de 1756, o Tribunal do Santo Ofício, em edital de 8 de Outubro, dava já mostras do seu zelo censório ao proibir a circulação do *Discours Pathétique, au sujet des calamités arrivées en Portugal* do protestante Francisco Xavier de Oliveira e a *Relation Historique du tremblement de terre survenu a Lisbonne le premier Novembre 1755* de Augé Goudar<sup>(20)</sup>.

<sup>(20)</sup> Sobre o *Discours Pathétique* veja-se Antonio Gonçalves Rodrigues, ob. cit., p. 249 e ss. As várias edições e interpretações da obra de Augé Goudar foram recentemente tratadas por José Sebastião da Silva Dias, «Pombalismo e Projecto Político», *Cultura, Historia e Filosofia*, vol. III, Lisboa, 1983 e José Barreto, «O Discurso Político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal», *Revista de História das Ideias*, vol. IV, t. I. (O Marquês de Pombal e o seu tempo), 1982.

O que nos importa, no entanto, não são estes textos, mas as obras que atingiram audiência e que contribuíram para alargar concepções ou sedimentar mundividências. Assim sendo, há que questionar o impacto que esse enorme caudal teve junto do público. Problema maior e infelizmente de impossível resposta no estado actual de investigação sobre a história do livro em Portugal. Sobre percentagens totais de títulos saídos incluindo reedições e respectivas arrumações temáticas nada sabemos para este período. Quanto a tiragens pouco podemos adiantar. Duas décadas depois oscilavam entre 500 a 2 000 exemplares (21). Se por um lado, muitos folhetos apresentam características de literatura de cordel, o que facilitava e tornava mais popular a sua divulgação, por outro, sabe-se pela publicidade apaga na *Gazeta de Lisboa* que, entre 1756 e 1759, muitas reedições de obras de devoção e espiritualidade, bem como de textos veiculadores de uma interpretação religiosa do terramoto, se fizeram.

Neste caso parece-nos injustificada qualquer pretensão de exaustividade, pois partimos do princípio que nem todos os títulos seriam alvo de anúncio. Curiosamente seria aquele periódico oficial que, no dia 6 de Novembro de 1755, noticiava nestes termos evasivos e lacónicos e mesmo antialarmistas o sucedido: «O dia primeiro do corrente ficara memorável a todos os séculos pelos terremotos, e incendios que arruinaram uma grande parte da cidade», o melhor meio utilizado para alimentar a febril curiosidade de uns e ânsia devota e mística de outros leitores. O primeiro anúncio de reedição que inscreve a pág. 16 do n.º 2 de 2 de Janeiro de 1756, é significativamente um texto da autoria de um pregador místico do século XVII, profundamente marcado pela espiritualidade de Inácio de Loyola. Trata-se da *Fugida para o Dezerto e Desengano do Mundo* de Fr. António das Chagas. Significativamente, das 18 obras impressas deste seiscentista, que representa com fidelidade o espírito de devoção e ascese da Contra-Reforma, 6 foram de novo dadas à estampa depois do terramoto. Se incluirmos outras cinco edições e reedições saídas na primeira metade do século XVIII, ficamos com a

(21) Francisco da Gama Caeiro, «Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins de Setecentos e primeiro quartel do séc. XIX», *Boi. da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 35, 1980, p. 156.

ideia de que a «parenética» de Fr. António das Chagas ecoava ainda de forma assinalável em pleno século das Luzes (22).

Outras peças de piedade sacra e barroca conheceram reedições logo em 1756, como os *Sermões* do cônego regular de St.º Agostinho, D. João Evangelhista; a *Arte da Boa Morte* do jesuíta Manuel dos Anjos; *O Resgate das Almas: a Coroa Seráfica*, e o *Espelho Mariano*. Compreensivelmente, como adiante desenvolveremos, várias compilações de milagres e orações de S. Francisco de Borja foram publicadas, extraídas de obras do século XVII; os seus formatos e outras características de impressão denunciam o intuito «massificador» destas publicações. A 13 e 27 de Maio de 1756 algumas delas já iam em 2.ª edição, como revela ainda a *Gazeta de Lisboa*.

No fundo, a mensagem dominante de uma elevada parcela da nossa literatura foi objecto permanente de pregação e evocação pelo clero em inúmeros ofícios religiosos e exercícios penitenciais promovidos em todo o país e, particularmente, em Lisboa. Para uma aproximação ao estudo das mentalidades, este facto, de par com outros indicadores de divulgação que salientamos parecem ser sobejamente relevantes.

### III. UM PROCESSO DE TRATAMENTO

No nosso rol, como já deixamos antever, incluem-se obras tão diversas como tratados religiosos, morais e ensaios filosóficos, almanaques, notícias, descrições, poesias, novenas, orações, cédulas milagrosas e sermões. Ordenamos esta massa documental não por critérios formais, mas de conteúdo. Sondamos a pertinência de certos temas ou ideias-força em cada um dos textos, de *per si* analisados, e só depois de observarmos as frequências desses dados ousámos classificá-las.

A grelha de tratamento temático que elaboramos, a partir de uma amostra de 25%, contempla aspectos descritivos, de interpretação e associação simbólica e mensagem final.

Começemos por este último aspecto. Perante o acontecimento ou tendo como suporte a memória do mesmo, quatro tipos de mensagem final se perfilam: Optimismo. Lamento,

(22) Maria de Lourdes Belchior Pontes, *Bibliografia de António da Fonseca Soares (Fr. António das Chagas)*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1950, p. 120 e ss.; *Idem, Fr. António das Chagas, Um homem e um estilo do séc. XVII*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1953; Victor Manuel Pires de Aguiar e Silva, *Maneirismo e Barroco na Poesia Lírica Portuguesa*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971, pp. 403-415.

Penitencial e Mística e Apocalíptica. Qualquer destas mensagens é condicionada por conexões de valores e ideias-força que apontam para cosmogonias e visões do mundo distintas. A este nível, como que surgem entrelaçadas expressões de um pensamento claro e formalizado— o recurso aos modelos aristotélico e mecanicista de explicação do terramoto são disso exemplo — com representações mentais que, preexistindo ao acontecimento, se revelam operativas — como é o caso da insistente visão dolorista da existência humana, atraída pelo pecado e conseqüente aceitação do terramoto como punição de Deus.

Eis em estado bruto esse encadeamento de referências temáticas com as respectivas classificações e percentagens.

QUADRO I — Temas e mensagens das obras publicadas a propósito do Terramoto

	Providencialistas			Moralistas			Filosóficas			Não classificadas			Total	
	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	b	c	a	d
Cid. símbolo	18	72.0	20.0	7	28.0	38.9							25	20.2
Deus ving.	74	81.3	82.2	17	18.7	94.4							91	73.4
Deus miseric.	63	87.5	70.0	9	12.5	50.0							72	58.1
Pecados	89	85.6	98.9	15	14.4	83.3							104	83.9
Inferno	21	91.3	23.3	2	8.7	11.1							23	18.5
Juízo final	29	90.6	32.2	3	9.4	16.7							32	25.8
Morte	81	91.0	90.0	8	9.0	44.4							89	71.8
Macabro	18	85.7	20.0	3	14.3	16.7							21	16.9
Prodígios	31	83.8	34.4	6	16.2	33.3							37	29.8
Penitência	74	89.2	82.2	9	10.8	50.0							83	66.9
Fogo purifíc.	11	78.6	12.2	3	21.4	16.7							14	11.3
<b>Ruínas</b>														
Arq. relig.	38	66.7	42.2	15	26.3	83.3	3	5.3	42.9	1	1.8	11.1	57	46.0
Arq. civil	32	62.7	35.6	15	29.4	83.3	3	5.9	42.9	1	2.0	11.1	51	41.1
<b>Perversão</b>														
Natureza	29	67.4	32.2	11	25.6	61.1	2	4.7	28.6	1	2.3	11.1	43	34.7
Dia	14	66.7	15.6	6	28.6	33.3	1	4.8	14.3				21	16.9
Rei. sociais	26	68.4	28.9	10	26.3	55.6	2	5.3	28.6				38	30.6
<b>Teses</b>														
Fogo				14	100.0	77.8							14	11.3
Subs. inflam.							6	100.0	85.7				6	4.8
Ecléticos				4	80.0	22.2	1	20.0	14.3				5	4.0
<b>Mensagem final:</b>														
Optimismo							5	62.5	71.4	2	37.5	33.3	8	6.5
Lamento	8	40.0	8.9	7	35.0	38.9	1	5.0	14.3	4	20.0	44.4	20	16.1
Penit. e mist.	80	88.9	88.9	10	11.1	55.6							90	72.6
Apocalíptica	2	66.7	2.2	1	33.3	5.6							3	2.4

Coluna a: frequência absoluta

b: percentagem sobre o total de cada item

c: percentagem sobre frequência da categoria

d: percentagem sobre total das obras (124)

Esta seriação, aparentemente paradoxal, tem de facto sentido. Se não vejamos. Permite, desde logo, isolar um primeiro núcleo de textos despidos de quaisquer elementos divinatórios e/ou religiosos. O horizonte de reflexão destes autores, sendo perfeitamente laico, alicerça-se na busca de fenómenos observáveis que sirvam de suporte a uma causalidade exclusivamente natural do terramoto. O abalo sísmico é aqui manifestação de uma natureza que existe autónoma de Deus e que se auto-regula a si própria.

Por razões exactamente inversas vamos encontrar outro grande núcleo de obras. Nelas toda a leitura do momento surge organizada exclusivamente pela vertente religiosa, pela revelação divina. A palavra de Deus, sendo por extensão a própria terra em furor, reveste-se de um duplo significado punitivo e misericordioso. Atingindo pela morte súbita e colectiva uma comunidade fiel, mas pecadora, desperta «as consciências adormecidas» para a incerteza do momento final e para a necessidade de preparação a prazo da salvação individual. Daí a utilização do macabro para simbolizar a insignificância da vida terrena. Paralelamente, as imagens da catástrofe ofereciam-se como préfiguração simbólica do além e da última cena. Uns eram poupados ou permaneciam vivos, outros mergulhavam definitivamente nas trevas infernais e outros ainda eram entregues às chamas purificadoras.

Por um processo pontual de redução escatológica, que acentua a materialidade desse espaço ígneo de expiação e castigo que é o Purgatório, a hierarquização tridimensional do além parece revelar-se definitivamente institucionalizada.

Todas as menções a prodígios e milagres surgem, neste sentido como confirmação da santidade e beatificação dos justos por oposição aos condenados. Embora possam também constituir sinal de misericórdia divina, isto é, de alívio e chamamento para penitentes. Por último a imagem aterradora dos suplícios infernais culmina, como advertência, esta pedagogia terrificante da morte.

Mas esta leitura não se esgota neste conjunto de obras. Extravasa para um outro núcleo mais reduzido onde simultaneamente, e de forma secundarizada, se acrescenta uma interpretação das causas segundas do terramoto. A subordinação a um esquema aristotélico-tomista de apreensão da realidade, sendo reveladora do peso de velhas e sobreviventes elites culturais em pleno séc. XVIII, dá-nos bem a medida de como este grupo se comportava como reserva importante de uma visão do mundo, em muitos aspectos próxima do anterior. Sob a capa de uma explicação erudita persistem repre-

sentações e imaginários de largo espectro. Este passo servirá, de certo, para ilustrar o que afirmamos:

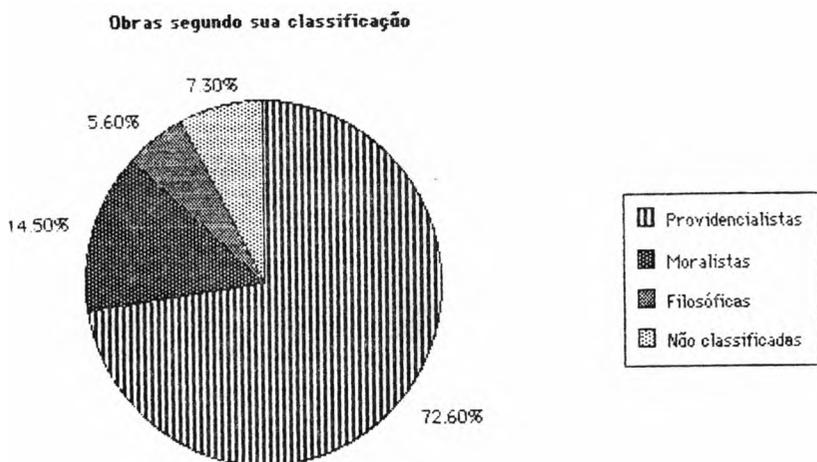
«He sem dúvida, que no centro da terra ha o fogo do Inferno, que tantas vezes nos lembra a Escripura Sagrada. E ainda que este fogo se ja destinado para o tormento das almas dos condemnados, e eterna satisfação das Divinas offensas, sempre he verdadeiro fogo, e Ja mesma natureza, que o elementar.... assim se hade confessar, que a primitiva causa dos Terremotos he o fogo subterraneo» (23).

Por último destaca-se o grupo dos não classificados. São obras quase sempre noticiosas que incluem minuciosos apontamentos sobre as transformações registadas no enquadramento natural e paisagem urbana e/ou informes diversos sobre ajudas internacionais e providências então tomadas. No âmbito deste último tema cabem *As Memórias sobre as Principaes Providências* de que já falámos, e o opúsculo anónimo *Portugal Agradecido, Lisboa Obsequiosa, Panegyrico Gratulatorio Em o qual a cidade de Lisboa agradece à Corte de Londres o magnífico presente, que esta lhe mandou* (1756). Dos restantes sete títulos gostaríamos de salientar o manifesto antiDrofético do Abade Platel, *Carta em que se mostra a falsa Profecia do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755* (1756), e o libelo de Bento Morganti contra as falaciosas interpretações e prognósticos sobre a passagem de cometas. Curiosamente o autor do *Breve discurso* (1757) e da *Chronologia dos cometas* (1759) apresenta, em outro texto, uma interpretação menos serena, susceptível mesmo de conotações moralistas, acerca do terramoto.

Sendo este o quadro geral da grelha classificativa devemos acrescentar que a tradução percentual destes grupos foi obtida por um processo de economia de referências.

(23) Veríssimo Antonio Moreira de Mendonça, *Dissertação Philosophica sobre o Terremoto de Portugal do Primeiro de Novembro de 1755. Expendem-se as suas Causas Physicas, as dos seus Effeitos, e Prognosticos*, Lisboa, Offic. de Domingos Rodrigues, 1756, pp. 9-10. A este respeito é interessante o confronto com a interpretação puritana das causas naturais e sobrenaturais dos terramotos. Cf. Maxime Van de Wetering, «Moralizing in Puritan Natural Science: Myste-riousness in Earthquake Sermons», *Journal of the History of Ideas*, Julho de 1982. Keith Thomas, *Religion and the Decline of Magic*, New York, Penguin Books, 1973; William Monter, *Ritual, Myth and Magic in Early Modern Europe*, Brighton, The Harvester Press Limited, 1983.

GRÁFICO 1 — Discursos sobre o terramoto



Para o apuramento das obras providencialistas tivemos em conta a menção expressa à Ira Divina ou ao seu subentendido na rubrica pecados e a ausência de qualquer outra explicação sobre o terramoto. Ao cabo desta seriação viemos a concluir que elas se repartem em termos de mensagem final por um insistente apelo à penitência e edificação espiritual (88,9%), em menor grau por um pungente lamento (8,9%) e também, de forma claramente atenuada, por uma expectativa apocalíptica (2,2%).

Os opúsculos e livros que convencionamos classificar como moralistas foram apurados pelas respostas positivas a Ira Divina ou pecados e também a qualquer das teses filosóficas indicadas. A este respeito verificamos que 77,8% seguem o modelo de explicação aristotélico e 22,2% têm-no subjacente em formulações de tipo eclético. Neste grupo 55,6% concluem pela necessidade de uma prática colectiva penitencial, 38,9% confinam-se a uma atitude de lamento, e apenas um autor (5,6%) afirma, como advertência, ser insofismável a proximidade do Dia do Juízo. Como se vê este conjunto manifesta fortes pontos de contacto com o anterior. Os textos aqui incluídos são, contudo, mais elaborados e intelectualizados, transportam referências eruditas e apresentam uma lógica de causalidade inacessível a um público minimamente alfabetizado. A sua presença confirma a existência, na nossa litera-

tura, de uma linha divisória não tanto mental mas sim socio-cultural.

Os autores que consideramos moralistas são também os que manifestam maior preocupação pelos efeitos do desastre no tecido social de Lisboa e de outras cidades atingidas. Das 18 obras que integram este conjunto, 10 reproduzem situações de dissolução dos laços familiares e/ou acusam o choque causado pela momentânea indiferenciação de estatutos sociais. Eis dois exemplos: Na *Carta em que hum amigo da noticia a outro do lamentável successo de Lisboa*, afirma-se a dado passo:

«como podem haver termos proprios, para exprimir a deshumana impiedade, com que os Pays deixavão os filhos, estes os Pays, os irmãos as irmãs, os maridos as mulheres».

E conclui com algum exagero:

«Só lembrava no meio de tanta afflicção fugir para os campos.... Ali os filhos procuravão os pays, as mulheres os maridos, mas so se achavão viúvas estas, orphãos aqueles» (24).

E António da Silva Figueiredo regista perplexo:

«na violencia, com que o mundo curça / A todos aflige e iguala. / No perverso tremor com que se abala / Nem terá por acaso outro destino / o Grandioso Senhor ao libertino, / O grande illustre ao baixo jornaleiro, / O pobre homem ao rico Cavalheiro, / O General ao mísero soldado, /»,

e acrescenta:

«Pelas ruas, pelos Cantos, / Se conhecem também en .re os espantos / As fomes, desnudez, impiedades, / Desaranjos, viuvezes, orfandades» (25).

De clivagem deveremos falar a propósito dos textos Filosófico-Naturalistas, já que apontam para uma mentalidade laica e reflectem maioritariamente uma atitude de optimismo (71,4%). A sua presença, não sendo inexpressiva é quantitativamente insignificante em relação ao total.

(24) José de Oliveira Trovão e Sousa, *ob. cit.*, pp. 3-4.

(25) António da Silva Figueiredo, *Descripçam Antilógica Physico-Moral do Terremoto e lamentável estrago de Lisboa no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. de Francisco Luiz Ameno, 1756, pp. 15 e 23.

Como atrás referimos, parte desta literatura pode considerar-se de cordel. Nestes casos o anonimato era em via de regra um procedimento editorial adequado. Por outro lado, as cédulas milagrosas que corriam avulsas e as compilações de novenas e orações não comportavam compreensivelmente, qualquer atribuição ainda que a sua iniciativa editorial pertença, não temos dúvidas, ao clero. Não devemos pois estranhar que 84,6% de anónimos se incluam no conjunto providencialista, 12,8% nos moralistas e apenas 1 entre os não classificados.

Excluindo assim 39 opúsculos e folhas volantes anónimas verificamos que dos restantes, 72% são da autoria de religiosos e 28% foram escritos por leigos. Irrefutavelmente foi o clero que melhor partido tirou do acontecimento, convertendo a sua pastoral em pedagogia activa e intensiva. Vejamos a repartição dos autores pelos diferentes grupos de classe.

QUADRO II — Tipo de obras e estatuto dos seus autores

	Classificação/Estatuto							
	Providencialistas		Moralistas		Filosóficas		Não classificadas	
Rei.	46	51.1%	6	33.3%	1	14.3%	8	88.9%
Leigos	11	12.2%	7	38.9%	6	85.7%	0	00%
Anónim.	33	36.7%	5	27.8%	0	0 0%	1	11.1%

	Estatuto/Classificação					
	Religiosos		Leigos		Anónimos	
Providencialistas	46	75.4%	11	45.8%	33	84.6%
Moralistas	6	9.8%	7	29.2%	5	12.8%
Filosóficas	1	1.7%	6	25.0%	0	0.0%
Não classificadas	8	13.1%	0	0.0%	1	2.6%

Se o clero nontua como porta-voz de uma visão providencialista (75,4% dos religiosos são providencialistas) é também de assinalar a forte percentagem de leigos que dela partilham (45,8), sinal evidente de um discurso que repousa num pano de fundo de representações mentais devidamente socializadas e interiorizadas. Isto sem contar com o arrastamento dessa mundividência à produção moralista que entre os leigos ocupa 29,2%. Merece também destaque o facto de 85,7% dos textos filosófico-naturalistas serem subscritos por leigos. Dois

médicos, Antonio Nunes Ribeiro Sanches e José Alvares da Silva assinam três das mais importantes dissertações neste domínio. «Dar a conhecer a universal ordem da natureza» para que «esses notáveis movimentos», — os terramotos tal como os ventos as trovoadas e os trovões — «não fossem tomados por castigo do céu» são preocupações dominantes tanto nas *Considerações sobre os Terremotos* como na *Investigação das Causas Proximas do Terremoto* (1756) e *Precauções Medicas contra algumas remotas consequendas que se podem excitar do terremoto de 1755* (1756). As teses que expõem são subsidiárias das teorias físico-matemáticas e químicas de I. Newton, E. Hales, Haller, B. Feijoo, Lemery, Boyle e Le Monnier e das observações do naturalista Buffon.

Em síntese, defendiam que certos compostos químicos — sais, enxofre, metais (particularmente o ferro), a água, éter e óleos — podiam, por combinação e/ou aquecimento, produzir, em certos locais, explosões, fracturas e concussões de terra <sup>(26)</sup>. Esta mesma explicação é adoptada por Joaquim Moreira de Mendonça, *História Universal dos Terremotos*; por Miguel Tibério Pedegache, *Nova e Fiel Relação do Terremoto*, e, de forma menos desenvolvida, na *Dissertação* apresentada à Academia das Ciências pelo oratoriano Teodoro de Almeida.

O que distingue a contribuição dos dois médicos é a atenção que lhes merece a higiene e saúde pública em geral e nem só em tempos de calamidade. Assim, em nome das mais avançadas concepções higienistas, pela primeira vez em Portugal se coloca o problema das vantagens dos enterramentos fora das Igrejas. Ribeiro Sanches postula a necessidade de criação desses espaços ventilados, arborizados e afastados dos

<sup>(26)</sup> José Alvares da Silva é receptivo à teoria dos fluidos eléctricos de Benedito Feijoo. Os ecos da crítica às teses do P.<sup>o</sup> Feijoo são, em contrapartida, mais conhecidas entre nós. Em 1757, Feliciano da Cunha França traduz um dos textos mais importantes da polémica espanhola, *Extensão do Dictame, ou Parecer do Rerevendissimo Mestre Fr. Bento Feijoo, acerca das causas dos Terremotos explorado por João Zuniga*, Lisboa, Offic. de Joseph da Costa Coimbra. No entanto, como observa T. D. Kendrick, «It was in Spain and not in Portugal that the controversy about the cause of earthquakes had its oddest airing in print», *ob. cit.*, p. 61. Cf. F. L. Pereira de Sousa, «Alguns prognósticos Possíveis do Terremoto de 1755», *Boletim da Academia das Sciendas de Lisboa*, nova série, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930. Para uma visão de conjunto das reacções que o terramoto provocou em Sevilha, veja-se Aguilar Piñal «Comnoción espiritual provocada em Sevilha por el terremoto de 1755», *Archivo Hispalense*, n.º 179, Sevilha, 1975.

centros urbanos para inumação dos cadáveres, referenciando um texto que em França se tornou ponto de partida da luta pela conquista dos cemitérios. Referimo-nos às *Lettres sur les sépultures dans les églises* do abade Porée, publicadas em 1743, e que o autor português cita em 2.<sup>a</sup> edição de 1745 (27).

No mesmo sentido se pronuncia José Alvares da Silva observando que «em dois bispados de França não se enterrão os cadáveres nas igrejas», notícia que diz ter recolhido num artigo publicado no *Journal des Sçavants* (28). Estes são, pois, os primeiros ecos de uma polémica que em França se arrastou até ao último quartel do séc. XVIII e que em Portugal se irá projectar de forma bem singular, pelas enormes resistências que a questão dos cemitérios suscitou, até meados do séc. XIX.

Ao lado destes espíritos esclarecidos, outros nomes ligados às principais academias literárias do país subscreveram composições sobre o terramoto. Um dos fundadores da Arcádia Lusitana, Francisco José Freire, em termos memorialistas, enumera e desenvolve, em *in* 4.<sup>o</sup> volumoso e bem documentado, as medidas então tomadas pelo Marquês de Pombal. O árcade José Xavier Valadares de Sousa redige uma convencional descrição poética em latim, de cunho marcadamente moralista, *Terraemotus, qui Kalendis Novembris Praeteriti Alanquerium Oppidum omnemque finitimam regionem propemodum afflixit*, (1756). Domingos Reis Quita, também da Arcádia, em arroubo patético e providencialista, compôs uma *Sylva ao Lamentável Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755* (1756). Reveladores de maior tensão dramática e ritmo poético são o *Romanço heroico ao Terremoto do 1.<sup>o</sup> de Novembro de 1755* (1756), de João Xavier de Matos, e o *Romanço Fúnebre* de Paulino António Cabral, o abade de Jazende, ambos membros da Academia portuense. No entanto, o mais conhecido poema sobre o terramoto, o que desencadeou uma polémica mais viva no meio literário português, foi a *Parénesis ao Terremoto*, de Francisco de Pina e Melo, a quem se deve também uma oração, tão retórica quanto providencialista, recitada no hospital real de Montemor-o-Velho, terra de naturalidade do poeta, para a Confraria da Senhora da Conceição e saída do prelo em 1756.

(27) António Nunes Ribeiro Sanches, *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos — com hum Appendix Considerações sobre os Terremotos, com a noticia dos mais consideráveis, de que faz menção a Historia, e dos últimos que se sentirão na Europa desde o I de Novembro de 1755*, Paris, 1756, p. 232.

(28) José Alvares da Silva, *Precauções Medicas contra algumas remotas consequendas, que se podem excitar do Terremoto de 1755*, Lisboa, Offic. de Joseph da Costa Coimbra, 1756, p. 10.

Numa visão de conjunto, estes textos revelam que no interior da poesia o terramoto é retorno ao «medonho espectáculo» do cataclismo cósmico, recriação da agonia de Sodoma e Gomorra, transmutação das ruínas em relíquias e perversão dos sentidos. Perante uma destruição demasiado próxima e presente, uma espécie de memória fúnebre se constitui. O agudo sentido «da morte palpitante» como que se desenrola num cenário intemporal, onde Lisboa configura e realiza o destino de Jerusalém, Babilonia, Sodoma e particularmente da cidade penitente Ninive. Desta visão poética se exclui, portanto, o silêncio deleitoso e o reencontro melancólico com um passado adormecido entre escombros, tópicos de uma outra sensibilidade — a romântica.

#### IV. LUGARES COMUNS

##### 1. O pecado e o medo

À margem de qualquer convencionalismo literário, o forte sentimento da culpabilização pelo pecado gera uma outra paisagem, humana e interiorizada de ruína. No fundo é ela que recobre de sentido a própria ruína física. Manuel Macedo Malafaya, esclarece claramente esse sentimento desta forma:

«Em insoffríveis abalos / rompe a terra as suas veas, /  
/ por não poder suportar tantas impenitencias» (29).

Em moldes idênticos se expressa o jesuíta Gabriel Malagrida dirigindo-se ao povo de Lisboa:

«Sabe pois, que os unicos destruidores de tantas casas, e Palácios, os assoladores de tantos Templos, e Conventos, homicidas de tantos seus habitantes, os incendios devoradores de tantos thesouros, os que as trazem ainda tão inquieta, e fora da sua natural firmeza, não são cometas, não são estrellas, não são vapores, ou exahalações, não são fenómenos, não são contingências, ou causas naturaes, mas são unicamente nossos intoleráveis peccados» (30\*).

Também para Fr. Francisco de St.º Alberto a explicação era por demais evidente — «há peccados há terremotos em

(29) Miguel Carvalho de Macedo Malafaya, *Novo Terremoto nos remorsos da consciencia, e Avizo da culpa para acerto da emenda*, Lisboa, Offic. de Manoel Soares, 1756, p. 3.

(30) Gabriel Malagrida, *Juizo da Verdadeira Causa do Terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa, no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. de Manoel Soares, 1756, p. 3.

castigo de peccados» (31). Se Fr. Manuel da Epifania, *Portugal Consolado, e Instruído com las vozes de Jesus Christo* (1757), assegura a promessa do filho de Deus em reedificar a cidade imperial desde que os seus habitantes se dispusessem a resgatar as suas culpas, Fr. António do Sacramento utiliza a voz de Cristo para denunciar as vaidades, vícios e insultos de um povo pecador fazendo-o sentir mais merecedor dos suplícios infernais do que da misericórdia divina (32). Enfim, «aos pecadores adormecidos nas suas culpas, e sepultados no lettargo de seus vícios» se dirigiram os mais veementes apelos de edificação para «remédio da alma».

A gravidade ontológica e social do pecado, tema maior de uma pastoral de séculos converte-se pontualmente em colheita inesgotável de significação e sentido. E até os espíritos que se pretendiam mais lúcidos, inscrevem o pecado na sua prosa do acontecimento fazendo dela a expressão abreviada de uma «prosa do mundo». Por um processo de correspondência, de analogia subtil, os quatro elementos: o fogo, o ar, a terra e a água encontram a razão de ser da sua subversão em quatro pecados capitais. Vejamos como o autor da *Destruição de Lisboa* nos pormenoriza esta ideia:

«a vaidade, a soberba, a ira e a luxúria, forão os quatro vícios, que compelirão a Divina Justiça a este lastimoso estrago, que com os quatro elementos que lhe correspondião, quiz Nosso Senhor mostrar a sua indignação a este povo» (33).

Não deve pois causar surpresa que o erudito Pedro Norberto de Aucourt e Padilha termine o seu bem documentado tratado com a advertência:

«Abramos os olhos, antes que os cerremos; e tremamos todos para que a terra não trema...» (34).

(31) Fr. Francisco de Santo Alberto, *Estragos do Terremoto Vatecinio de Felicidades. Sobre os habitadores da nobilissima villa de Setuval na justificada afflicção em que se virão no primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. junto a S. Bento de Xabregas, 1757, p. 10.

(32) Fr. António do Sacramento, *Exortação consolatoria de Jesus Christo Crucificado na Cruz ao povo Luzitano, por se ver nimiamente conturbado por causa do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Offic. de Francisco Borges de Sousa, 1757.

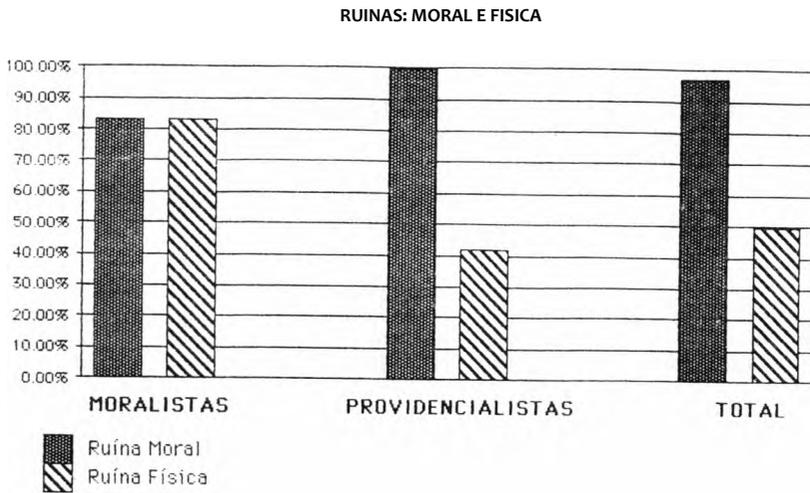
(33) *Destruição de Lisboa, e Famosa desgraça, que padeceo no dia primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, 1756, p. 7.

(34) Pedro Norberto de Aucourt e Padilha, *Effeitos Raros e Formidáveis dos quatro Elementos*, Lisboa, Offic. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1756, pp. 153-154.

O jogo das palavras é aqui expressivo, remete-nos para um sentimento que não se nomeia mas que apenas se gestualiza — o medo. Insinuada ou expressa a associação entre *temer* e *tremere*, lugar comum no campo lexical da nossa literatura, evidencia uma «angústia global» que transcendendo o momento, parece ter raízes muito mais profundas. De facto, ao traçar a história cultural do pecado, Jean Delumeau observa que «jamais une civilisation n'avait accordé autant de poids — et de prix — à la culpabilité et à la honte que ne l'a fait l'Occident des XI<sup>e</sup>-XVII<sup>e</sup> siècles»<sup>(35)</sup>.

A pastoral da Igreja, sobretudo a partir da Contra-Reforma, assentando em temas como: a maldição do pecado, a iniquidade da vida terrena, a preparação da morte e a expectativa da salvação, embora favorecendo essa culpabilização massiva, acaba por munir eficazmente as consciências para os momentos de maior ameaça e perigo. Por exemplo, qualquer acontecimento excepcional era sempre tomado como punição, o que implicava a acusação dos pecados dos homens como motivo da cólera divina. Esta mensagem produz, como podemos ver no Gráfico 2, uma tomada de consciência generalizada de degradação e ruína moral.

GRÁFICO 2 — Os discursos sobre a ruína



<sup>(35)</sup> Jean Delumeau, *Le Péché et la Peur. La culpabilisation en Occident XIII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècles*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1983, pp. 9-10.

Depois de analisarmos o peso das descrições de ruínas, tanto de arquitectura religiosa como civil, estabelecemos para cada obra, a comparação destes dados com a referência significativa a pecados e o correlativo apelo a uma prática penitencial. Isolámos para este tratamento as obras integradas nos grupos moralista e providencialista. Representando, como já notámos 87% do total dos textos examinados, são elas que melhor reflectem as atitudes e as representações mentais de maior e mais durável implantação. Como se observa, no total, a importância atribuída à ruína moral é duplamente superior à que se confere aos destroços materiais. Só em 48,1% de casos, ruína física e moral aparecem associados, o que implica um discurso autónomo e percentualmente mais elevado sobre a tentação e os malefícios do pecado. Em contrapartida, a percentagem de associação calculada a partir das situações em que ambas aparecem juntas, sobre o número de ocorrências de ruína física atinge os 98,1%, o que confirma a ideia que já atrás deixamos expressa: o que dá sentido à manifestação visível da destruição é, exactamente, o sentimento de culpa e desordem moral. Expressivamente esta última associação é mais forte entre os moralistas. É no grupo providencialista que se gera o grande desequilíbrio entre o que se nomeia e o que é visível. Aqui, o sentido de ruína moral atinge 100%. É caso para dizer que estamos perante uma visão dolorista e dramática da existência humana, tão paradigmática quanto perfeita.

Sob uma mesma linguagem se revela a imagem de um Deus infinitamente misericordioso e castigador. É certo que os sermões, destinados a um público massificado, tendiam a acentuar o lado mais ameaçador da divindade. O intuito era evidente — chamar à penitência com a promessa de uma salvação contingente e a prazo.

O momento devia ser pois aproveitado para expiação de penas e confissão de culpas. No mesmo dia da catástrofe

«os sacerdotes, que nas sagradas funções servião os altares, e puderão fugir ao perigo... se vião com as mesmas sacras vestes dos seus ministerios absolvendo huns, e esperando ser absolvidos de outros, todos esparvoridos pedião a Déos misericordia... varios ministros do Evangelho se pozerão em campo a semear a palavra de Deos, pregando penitência. Clamavão fortemente pela emenda das vidas, para que esta suspendesse o novo golpe da espada da Divina Justiça... Fazião-se confissões publicas;

perdoação se injurias passadas. Invocava-se o efficacissimo patrocínio de Maria Santissima com a mais fervorosa ancia» (36).

Breves instantâneos como este multiplicam-se na nossa documentação. São quadros vivos de uma comoção espiritual, captada à superfície, e à qual os contemporâneos não podiam permanecer indiferentes. Outra testemunha descreve-nos no cenário da cidade em ruínas, sobreviventes «como ferverosos missionários» deambulando «com crucifixos e algumas imagens devotas nas mãos» enquanto os «ministros da sua igreja se applicavão a todo o perigo, aos piedosos actos da administração dos sacramentos, absolvições, e exortação do povo» (37).

A Igreja, esgotada nos seus meios materiais e humanos, tinha contudo uma mensagem a difundir. Por isso, como nos informa o oratoriano António Pereira de Figueiredo, o cardeal patriarca D. José I,

«mandou levantar em diversos lugares decentes baracas, em que se celebrasse o Santo Sacrificio da Missa, deo a todos os sacerdotes licenças para confessar, publicou jejum de muitos sabbados e mandou fazer preces publicas e particulares a Deos» (38).

Na sequência destas precauções, D. José I publica a pastoral de 11 de Novembro de 1755, consagrada ao culto mariano e a uma procissão de graças pela vida da família real (39). Esta, cujo significado reside na sua exemplaridade, pois nela tomou parte o monarca e a corte, tal como a de 12 de Dezembro, presidida pelo nuncio cardeal Accioli, são apenas dois exemplos dos inúmeros actos penitenciais que por toda a cidade se realizaram. Os mais frequentes eram os que várias congregações religiosas, irmandades e confrarias organizavam, dia e noite, com flagelação-pública de penitentes.

Quase um ano depois, a 25 de Agosto de 1756, em Lisboa, ordenava-se que as preces fossem diárias e que «nos Sacrificios das missas se dessem as oraçoens: *pro tempore Terraemotus*» e o Cardeal recomendava novamente,

(36) José de Oliveira Trovão e Sousa, *ob. cit.*, p. o.

(37) *Destruição de Lisboa...*, p. 9.

(38) António Pereira de Figueiredo, *Comentario Latino e Portuguez sobre o Terremoto e Incendio de Lisboa. De que foy testemunha ocular seu author*, Lisboa, Offic. de Miguel Rodrigues, 1756, pp. 27-28.

(39) Eduardo Freire de Oliveira, *ob. cit.*, pp. 165-167.

«e com mayor efficacia todos os Parochos, e Prelados Regulares, continuem na execução das ditas nossas letras pastoraes, e a todos os Pregadores de hum, e outro estado com o Apostólico zelo assim o persuadão, e preguem, e a todos os confessores, que de tal sorte excitem este importante ministerio, que os penitentes sayão do Sacramento da confissão com santo temor de Deos para a emenda das vidas, despindo nella todos os habitos vicioso e não conservando a facilidade para a continuação dos peccados»<sup>(40)</sup>.

Aproximava-se a passagem do primeiro ano sobre a catástrofe. Multiplicavam-se as profecias e crescia o medo sobre eventuais repetições de abalos sísmicos ainda mais tenebrosos. A igreja de Lisboa não era totalmente insensível aos clamores proféticos que então corriam, por vezes até veiculados por elementos do clero. Neste, como em outros aspectos, o jesuíta Gabriel Malagrida é tão-só um caso paradigmático. Lembremos, a propósito, a difusão que outros eclesiásticos, a coberto do anonimato, deram às profecias do sebastianista Manuel Pereira, conhecido como o profeta de Leiria, de uma monja de Semide e de outra do Convento do Lourçal, mandando imprimir *verdadeiras notícias*, de aparente refutação e, no último caso, uma *Breve relação da vida e morte da Prodigiosa Madre Soror Maria Joana*. Igualmente, em alguns sermões, como os de D. António da Anunciação, Fr. António do Espírito Santo Andrade e do franciscano Manuel de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Oliveira se notam laivos de um profetismo de inspiração popular.

## *2. Massacre, martírio e morte*

Tudo indica que Novembro de 1756 tenha sido o ponto alto da explosão devota e comoção espiritual que o terramoto suscitou. Em Coimbra, a celebração de vários cultos de intercessão e as recomendações que se condensam na pastoral de Outubro de 1756, do bispo D. Miguel da Anunciação, apontam no mesmo sentido<sup>(41)</sup>.

Vivos traços dessa religiosidade se projectam até 1759, pelo menos em Lisboa, como nos dá conta a pastoral do Cardeal Patriarca de Lisboa, de 13 de Outubro desse ano. Por ela, D. Francisco I intenta reprimir com penas tão severas, como

<sup>(40)</sup> *Collecção de Pastoraes*, em dois volumes existentes na B.G.U.C., vol. I, fl. 19.

<sup>(41)</sup> A.U.C., *Livro das Pastoraes de St.<sup>a</sup> Justa*, fl. 144 v.

a excomunhão, a «imprudência e malícia» com que tão frequentemente se executavam procissões de penitência particulares sem autorização do patriarcado. Como responsáveis de alguns abusos e excessos são directamente visadas as confrarias da cidade (42).

Não só Lisboa foi palco de tão intensa piedade. Em Braga, como em Coimbra, a pequenez dos estragos contrasta com a grandiosidade e frequência das manifestações religiosas (43). Como nos relata um anónimo:

«Eram frequentes as preces. Quazi diarias as missões. Quotidianas as confissões. Sem número os terços. As igrejas viam-se cheas de gente em todas as horas, principalmente o Real Mosteiro de Santa Cruz, a Igreja Cathedral, e o Collegio dos Religiosos de Sam Boaventura, estando nas duas primeiras successivamente de dia, e de noite, por muitos dias o Sacramento exposto. Da Igreja de S. Pedro sahio por muitos dias parte do povo em Procissão ao Convento dos Religiosos de S. Francisco, com varias Penitencias, a implorar dos Santos Martyres de Marrocos o seu patrocínio. Entre muitas Procissões de penitencia com que contritos os fieis, procuravam abrandar a ira de Deos forão as primeiras duas, que fez a Universidade composta de todo o seu Illustre corpo, clero, e mais Communidades, todos descalços com cordas ao pescoço, e coroas de espinhos na cabeça, cheios de modestia, e gravidade, as quais cobria o Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Rey:or, e Reformador da Universidade também descalço, dando a todos exemplo com a sua penitencia, e gravidade... Duas o Real Mosteiro de Santa Cruz: Tres o Excelentissimo, e Reverendissimo Bispo Conde; duas de penitencia, às quais acompanhou descalço com cordas ao pescoço, seguindo o mesmo exemplo as Communidades, o Cabido, e o Clero... Quatro o Ilustre, e Reverendo Cabido da Cidade; e duas a Ordem Terceira de S. Francisco, com várias penitências. Em quase todas ellas resplandeceo sempre o grande espirito, e incansável zello dos religiosos da sempre esclarecida Companhia de Jesus» (44).

(42) *Collecção de Pastoraes*, vol. I, fl. 28.

(43) *Historia Ecclesiastica, e Politica do Paiz Bracarense ia Epoca do Século 18.º. Com os factos mais remarcaveis, que tem acontecido neste Reino desde o anno de mil e setecentos até ao principio de mil sete centos e setenta e sette com os Elogios dos Papas, Reys de Portugal, Arcebispos Primazes, fundação de Igrejas e Cazas Religiosas.* [B.N.L., Cod. 682, fl. 124 a 127 v.].

(44) *Breve Descrição dos effeitos calamitozos, que nesta Cidade de Coimbra se experimentarão nascidos do grande Terremoto, que nella houve no dia 1 de Novembro de 1755, s.l., s.d., pp. 7-8; Augusto Simões de Castro, «O Terremoto de 1755 em Coimbra», Biblos, n.º 5, vol. I, 1925. Podemos confirmar estas informações pela análise ao quesito 8 do Inquérito Paroquial de 1756, A.N.T.T., Ministério do Reino. Ms. 638, maceté do Distrito de Coimbra.*

Rica em pormenores, esta fonte acrescenta que:

«Para além das milagrosas imagens que sahirão, eram muitas as reliquias sagradas, sendo as mais especiais o Santissime Senhor; hum Espinho da Coroa do Senhor; hum caixote, em que hião hum cabelo de nossa Senhora, e huma Maçaroca, que com suas Santíssimas mãos tinha fiado; a cabeça de São Theotónio, e as dos Satos (sic) Mártires de Marrocos» (45).

O que nos surpreende nesta descrição é a persistência ou mesmo pontual recrudescimento do culto das relíquias. Sinal de vitalidade de uma piedade mágica com raízes na liturgia cristã medieval. Os suportes materiais da devoção remetem-nos para a imagem ancestral da morte mártirio, simbolizada tanto pelo lenho da Cruz como pela sensibilidade física à morte de Cristo evidenciada pelos penitentes que envergam coroas de espinhos numa das procissões descritas, ao mesmo tempo que nos apontam para um vasto e complexo «panteão de intercessores» onde, de novo, o mártirio e o macabro se associam na exibição das cabeças decapitadas de S. Teotónio e dos Mártires de Marrocos.

A par da intercessão à Virgem floresceram de forma espontânea ou elaborada outras evocações a santos que simultaneamente protegiam de intempéries e catástrofes naturais e preservavam os fiéis da grande obsessão do momento, a morte súbita.

Estão no primeiro caso os cultos de St.<sup>a</sup> Bárbara, S. Sebastião, S. Roque, St.<sup>o</sup> António, St.<sup>a</sup> Águeda e St.<sup>o</sup> Emídio, difundidos para o uso popular, por cédulas, bênçãos e folhas avulsas de orações com gravuras e cuja utilização garantia, aos crentes, milagrosos benefícios. Por exemplo as *Sédulas milagro sis simas da gloriosa virgem e martyr St.<sup>a</sup> Agueda* deviam ser afixadas às portas das casas, benzidas e salpicadas com água benta, sendo, desta forma, consideradas antídoto seguro contra os incêndios. Simultaneamente, em Lisboa, o Cardeal Patriarca concedia 30 dias de indulgências às pessoas que possuíssem a estampa e bênção de St.<sup>o</sup> Emídio. Idênticas benesses ofereciam a pagela de St.<sup>a</sup> Bárbara, advogada contra os trovões, ar corrupto, tempestades e mortes repentinas, e o *Breve contra os espíritos malignos composto por St.<sup>o</sup> António de Lisboa*. Várias relações de vidas e milagres destes santos contendo gravuras e orações, circularam, sendo objecto de reedições, mesmo depois de 1760.

(45) *Idem*, p. 8.

Acompanhando a generalização destes cultos de maior tradição, a Universidade de Coimbra, ao tempo baluarte do magistério jesuíta, decidiu em claustro pleno de 7 de Fevereiro de 1756, eleger como patrono contra os terremotos, S. Francisco de Borja, figura grada da Companhia de Jesus no séc. XVI (46). Por recomendação da Universidade e a instâncias do monarca D. José I, foi solicitado ao papado a eleição deste patrono para todo o reino e domínios de Portugal.

Com a publicação do Breve de Benedito XIV, de Maio de 1756, a Companhia de Jesus, em vésperas da sua expulsão, conseguia ver aprovada uma eleição que lhe garantia uma certa supremacia espiritual.

Esta escolha, fruto de uma piedade mais elaborada, de elite, apesar de imposta, parece não ter sido objecto de fácil e total aceitação, pelo menos em certas regiões. A cidade de Coimbra é disso um bom exemplo. Ao mesmo tempo que a Universidade escolhia e recomendava a todo o reino S. Francisco de Borja, o cabido impunha a devoção a S. Roque, o Convento de St.<sup>a</sup> Cruz perpetuava como patrono S. Teotónio, e os franciscanos elegiam os Santos Mártires de Marrocos.

Fazendo um balanço das obras que tratam ou indirectamente invocam cultos de intercessão concluímos que 51, isto é 41,1%, podiam ser especificamente tratadas. A sua análise apenas veio confirmar as nossas suspeitas. A invocação à Virgem é preponderante enquanto que o culto a S. Francisco de Borja ultrapassa ligeiramente as intercessões a Cristo crucificado.

Esta teia de cultos, digamos nobres, ocupa 98% das referências encontradas, ficando assim reservada uma percentagem verdadeiramente insignificante ao numeroso conjunto de tradicionais santos contra intempéries e mortes súbitas.

QUADRO III — Intercessões

	S/total	S/parcial
Virgem	27	21.8%
S. Francisco de Borja	12	9.7%
Jesus Cristo Crucificado	11	8.9%

(46) A.U.C. *Livro dos Conselhos da Universidade de Coimbra*, a fl. 30 e 30 v. Dos 4 claustros realizados na Universidade entre 1755 e 1756, três foram especificamente convocados para o tracamento desta eleição.

Os dados obtidos poderão ser tomados como indicadores de uma prática de devoção, embora reflectam, sobretudo, e no caso de S. Francisco de Borja isso é claro, um enorme esforço de divulgação e imposição de determinados modelos de piedade. Que representa, então, esta hierarquia de santos intercessores? Para além de patentear a importância da tradição mariana, não simbolizará, também, os grandes eixos de uma prática religiosa dominada pela experiência da morte-mártirio e pela mensagem da salvação?

Comecemos por esta verificação simples e imediata. As imagens de suporte ao culto\* de S. Francisco de Borja e à evocação de Cristo incluem sistematicamente a figuração de um cráneo, tema iconográfico perfeitamente inserido na sensibilidade barroca da morte.

O cataclismo natural e a experiência da morte colectiva poderão naturalmente ter contribuído para acentuar esta visão macabra. Relação que nos é sugerida, entre outros, no *Seguro Refugio contra o açoute dos Terremotos. Methodo para conseguir o efficaz Patrocinio de S. Francisco de Borja*. A partir de uma meditação do santo, a ascese proposta para o 7.º dia da semana desenvolve-se nestes termos:

«considera as extremas angustias de tantos miseráveis, que, talvez no lugar das suas delicias, primeiro se virão sepultados, do que mortos, ou mortos de tão improvisto que não virão a morte, senão quando esta lhes fechou os olhos.... Acaba de entender que em cada hum delles te põem Deos à visca hum espelho em que vejas na sua morte a tua morte»<sup>(47)</sup>.

Como motivação profunda da angústia que habitava a consciência dos sobreviventes, pressente-se assim, de forma inequívoca, um agudo sentido de fugacidade e fragilidade da vida. Na linha de continuidade da pastoral tridentina parece avolumar-se a reflexão sobre a morte no quotidiano dos homens. Neste título, assaz esclarecedor, cujos processos de meditação nos aproximam dos *Exercícios Espirituais* de Inácio de Loyola, *Brados do Ceo. Tremores de Terra. Incentivos para hum verdadeiro arrependimento, pelo que Deos fala com a*

<sup>(47)</sup> *Seguro refugio contra o açoute dos Terremotos. Methodo para conseguir o efficaz Patrocinio de S. Francisco de Borja, da Companhia de Jesus, Universal protector dos que invocão nesta calamidade e novamente eleito patrono de todo o Reyno de Portugal, Exposto em forma de novena, s.l., s.d., pp. 26-27.*

*alma esquecida do bem da sua Salvação.... em sete Mystico-discursos para os dias da semana, pode ler-se:*

«não havendo para o homem manhaã, tarde, nem noite, porque a todo o tempo, e no melhor da vida o colhe a morte.... desangana-te, olha que te precipitas, e chegará a hora para a tua ruína sem remédio....» (48).

E que exemplo mais eficaz que o austero programa da vida de S. Francisco de Borja? Não havia este santo proclamado estar em estado de morrer vinte e quatro vezes por dia? O espírito de heroísmo católico desta figura cimeira da Contra-Reforma peninsular justifica plenamente a sua escolha para patrono principal contra os terramotos. A iconografia, como já deixámos antever, resume fielmente o valor e o alcance do exemplo encontrado. A figura serena do santo, ladeada por um cráneo polido, que por vezes aparece encimado por uma coroa, não representa apenas um fim próximo e irrecusável capaz de esvaziar os prazeres da vida e a vaidade dos homens, encerra algo mais, a crença numa salvação conseguida. Se a esta representação iconográfica associamos a de Cristo crucificado — cuja meditação constitui tema central da piedade da Contra-Reforma e referente constante na preparação de uma boa morte — com uma caveira aos pés, obteremos uma imagem redundante, como observa Michel Vovelle, da morte, da morte resgatada e vencida (49).

Idêntica impressão se colhe nos inúmeros relatos de aparições milagrosas entre ruínas. A experiência do prodígio leva-nos insensivelmente, ao contacto quase material com o martírio e a ressurreição. Dos escombros saíam ilesas não só imagens milagrosas como autênticos mártires cuja santidade se tornava passível de divulgação.

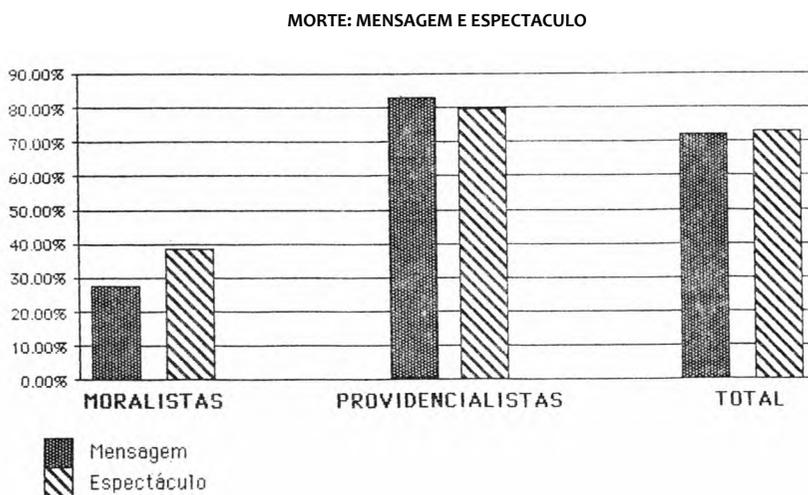
Numa pedagogia exaltada pelo massacre, pelo exemplo da vida dos santos e pelo martírio, o exercício do *quodie morior* continuava a ser a pedra de toque de toda uma arquitectura de gestos e representações bem características de uma piedade barroca. Assim, como se poderá ver no Gráfico 3 é a meditação da morte que abre e fecha o itinerário de temas que temos vindo a tratar.

(48) *Brados do Ceo. Tremores de Terra, Incentivos para hum verdadeiro arrependimento, pelo que Deos fala com a alma esquecida do hem da sua salvação. Suspiros de hũ coração sentido dezeganado e contrito na presença de Jesu Christo amante. Em Sete Mysticos discursos, para os dias da semana. Por hum indigno Religioso escravo seu, Lisboa, Offic. Junto a S. Bento de Xabregas, s.d., pp. 21-24.*

(49) Michel Vovelle, *La Mort et UOccident...*, p. 292.

## *Ruína e Morte em Portugal no Século XVIII*

GRÁFICO 3 — O discurso sobre a morte



O insistente apelo à preparação individual e diária da morte, através da penitência atinge entre Moralistas e Providencialistas cerca de 70%. Ligeiramente superior é o que convencionalmente chamamos de espectáculo da morte, isto é, aquilo que as palavras e as imagens documentam como aviso — o macabro, os suplícios infernais e o Juízo Final. Naturalmente que nessa figuração terrível da morte está também subentendida uma conduta de vida e, conseqüentemente, uma estratégia de salvação. Daí que a diferença entre os dois níveis de apreciação seja irrelevante.

Com toda a crueldade, a morte é oferecida como espectáculo pela sistemática transfiguração macabra da realidade vivida. Recurso utilizado por João António Bezerra e Lima na *Declamação Sagrada na Ruína de Lisboa* (1756). O convite é dirigido aos habitantes da capital:

«respirem o insupportavel fétido dos miseráveis cadáveres, que em teus estragos tem sepulturas tragicas, para que compreendam bem a miseria humana»<sup>(50)</sup>.

(50) António Bezerra e Lima, ob. cit., p. 11.

Apelo que se reforça através da afirmação da filosofia do *Contemptus Mundi* «não pode o homem sendo barro entender que há eterno»<sup>(51)</sup>, e confluí para esta meditação:

«Acaba já essa vaidade da vida esses passos enge-  
nhozos, essas venenozas vis;as, olha que tudo tem fim»<sup>(52)</sup>

No plano escatológico é o cenário dos suplícios infernais que frequentemente se evoca para ilustrar o espectáculo terrível que acompanha a morte súbita e/ou a morte do pecador incauto. A imagem do purgatorio é quase sempre segmentada por esta visão infernal. De novo a referência material e concreta inunda o campo da meditação:

«Considera quantos dos que acabarão nas ruínas dos terremotos, cahirão no inferno com a mesma pressa, com que a morte os accometeo.... tira das alheyas desgraças a tua felicidade, desce enquanto vives ao inferno e vê se à luz daquelle fogo evitas o caminho, que te pode levar a elle»<sup>(53)</sup>.

Os sermões consagram grandes espaços a esta temática. Antonio do Espírito Santo Andrade retoma a alegoria da cidade vingada com esta fala atribuída a Cristo:

«Desamparei Lisboa [para que logo principiasse a sen:ir o tormento da eterna Condemnação] ; mas não me aparteí delia; entreguei-a ao fogo material; não para perde-la, mas para purifica-la»<sup>(54)</sup>.

A paisagem da destruição precipita-se em recriações simbólicas do Apocalipse e do Juízo Final, por vezes, com manifesto exagero ou até grotescamente como este paralelismo o atesta:

«Isto que succedeo a Jerusalem na Revelação do Apocalipse, succedeo fizica, e realmente neste reyno ie Portugal»<sup>(55)</sup>.

<sup>(51)</sup> *Idem.*

<sup>(52)</sup> *Brados do Ceo. Tremores de Terra...*, p. 14.

<sup>(53)</sup> *Seguro Refugio...*, p. 29.

<sup>(54)</sup> António do Espírito Santo Andrade, *Sermão de Jesus Christo Crucificado com o título de Senhor dos Desamparados, imagem venerável, que ficou illesa na nossa Igreja de S. Francisco da cidade de Lisboa, sem a derribar o Terremoto, nem a offender o fogo, que destruirão a tudo o mais*, Lisboa, Offic. de Joseph da Costa Coimbra, 1756, p. 12.

<sup>(55)</sup> *Estragos do Terremoto Vatecinio de Felicidades...*, p. 40.

Na generalidade dos casos, são meras recorrências que tendem a avolumar a culpabilização e o medo do instante final, tal como transparece neste passo:

«teme peccador que é certo a mo roe e se faz preciso o preparo.... Olha ao dia do Juizo» (56).

Se a realidade favorecia prefigurações escatológicas espectaculares, a tensão que acompanha essas evocações testemunha uma vivência personalizada da morte. A mutação que o século XVII operara na imagem do fim dos tempos, privilegiando o momento da morte terrena, em detrimento da última cena, parece portanto confirmar-se. Por isso mesmo não há um contraste tão marcado como à primeira vista poderíamos pensar entre as visões da morte colectiva, e a meditação à qual se dedicam os homens do tempo. Mais que um pânico colectivo a angústia que os habita obedece a uma motivação pessoal, reflecte este áspero amor à vida e à vaidade (57). A chave desta talvez momentânea crispação de uma sensibilidade barroca face à morte é-nos confiada por uma bela versão, de um testamento espiritual, em formulário impresso que, por mais de uma vez, encontramos entre orações *Pro Tempore Terr emotus* (em anexo).

\*

\*\*

Ao terminar não ousaríamos apresentar o balanço de um estudo, que logo de início, consideramos ser o espreitar de um horizonte mais vasto. Como a árvore não oculta a floresta também esta não revela a totalidade da paisagem em que se insere. A alegoria traduz o sentido que procuramos imprimir a este levantamento. Resta prosseguir-lo, com a convicção, porém, de uma improvável ou muito tardia mutação de sensibilidade e mentalidades no século XVIII português. Por enquanto fica-nos a certeza de que no interior da Cidade das Luzes, a Lisboa Pombalina de traçado tão geométrico quanto racionalista, se albergava um dos mais vivos «santuários da sensibilidade barroca».

(56) Miguel Macedo Malafaya, ob. cit., p. 7.

(57) Michel Vovelle, ob. cit., p. 251.

ANEXO

TESTAMENTO ESPIRITUAL, PARA TRAZER A ALMA  
SEMPRE APARELHADA PARA A MORTE

Em nome da Santíssima Trindade, Padre, Filho, e Espírito Santo. Amen.

Eu....., creyó e confesso em presença de Deos Omnipotente, da Santissima Virgem Maria, e de toda a Corte do Ceo, tudo o que ere, tem, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma: que os Sagrados Apostolos ensinarão, e com as interpretações, que os Santos Padres, e Sagrados concilios approvados pela Igreja lhe derão, na qual Fé vivo, e quero morrer. E se alguma hora por suggestão do demonio (o que Déos não permitta) eu disser, cuidar, ou obrar alguma cousa, contra o que a Santa Igreja Romana ensina, já daqui me desdigo, pois só creyó o que a Igreja Romana ere, e contradigo tudo o que ella contradiz.

Item. Protesto, que na hora da minha morte quero receber o Santo Sacramento da Penitencia, E se por algum accidente eu o não puder receber, já daqui para então me accuso de todos os pensamentos, palavras, e obras, que tenho commetido contra Deos, contra o próximo, e contra mim mesmo, e de toda a multidão de meus peccados me arrependo, e me peza no íntimo da minha alma, não pelo temor do Inferno, senão por serem offensas de um Déos infinitamente digno de ser amado. Ao qual protesto de amar até à morte como me for possível.

Item Protesto, que no fim da minha vida quero receber por Viatico o Santissimo Corpo, e Sangue de meu Senhor Jesu Christo, para me unir, e pacificar com elle, e se por algum accidente (o que Deos não permitta) eu não possa receber, já daqui para então protesto, que tenho vontade de o receber. E o mesmo digo do Sacramento da Extrema Unção, com o qual desejo, que sejam ungidos todos os meus sentidos, para que Deos me perdoe as offensas, que commeti com elles contra a sua Divina Magestade.

Item. Protesto, que não quero desesperar nunca da misericórdia infinita de Deos, por mais que o demonio me provoque a isto; porque ainda que confesso, que são gravissimas minhas culpas, se todas quantas ha no mundo, e no Inferno eu as tivera, ainda eu não desesperarei; porque sey, que uma só gotta de sangue de meu Redemptor me pode lavar de todas. E olhando eu para as obras, que fiz neste mundo, confesso, que todas forão tão negligentes, e imperfeitas, que por nenhuma mereço a gloria, e só espero alcançar pelos merecimentos daquelle Senhor, que por amor de mim quiz morrer em huma Cruz.

Item. Protesto, que quero padecer as enfermidades, e dores da morte, que Deos for servido dar-me, e já daqui as offereço ao Eterno Pay, unidas com as dores, que seu Bemdito Filho Padeceo por mim em huma Cruz, em satisfação dos meus peccados. E se com as dores, e afflições da morte (por tentação do demonio) eu romper em alguma desesperação, ou blasfémia; já daqui para então reprovo tudo, e me desdigo.

Porque em tudo só quero, que se faça em mim a vontade de Deos. E também protesto, que perdoo aos meus proximos todas as offensas, que me hajão feito; e das que eu lhe fiz a todos peço infinitos perdões. E já daqui dou a Deos immensas graças pelos beneficios recebidos, não só da creação, conservação, redempção, vocação

à Igreja, mas da paciência com que me soffreo nas culpas, podendo já terme sepultado nos Infernos.

Item. Peço a todos os meus parentes, e amigos, se compadeção de minha alma com Suffragios, principalmente com o Santo Sacrificio da Missa, como mais poderoso para apagar as chamas do Purgatorio, protestando serlhes agradecido diante de Déos, que ainda que eu ignoro, qual seria a minha sorte no fim da vida, comtudo espero na Divina Piedade, que me salve a minha alma; a qual tanto que se afastar do meu corpo, desejo, que seja sepultada na Chaga do lado do meu doce Jesu. E finalmente protesto, que rendo infinitas graças a Divina Magestade por quantos beneficios me tem feito em toda a vida, e se mais vida tiver, protesto, que só a quero para servir, e amar ao meu creador, e Redemptor, a quem últimamente peço, que não permitta, que eu revogue nunca esta ultima vontade. Em fé do que me assigno aqui, sendo presentes como testemunhos o Anjo da minha guarda, e os Santos M. M. meus protectores: e declaro, que quero que todos estes meus protestos tenham força do Testamento que a hora da minha morte.

E tudo dou por confirmado, e me assino aqui. Hoje aos.... do mez de.... 17.... Eu.